

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a “Companhia” ou a “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – sala 402, Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas, acessórios e vestuário para o mercado feminino.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 693 franquias no Brasil e 6 no exterior; 44 lojas próprias no Brasil e 9 lojas próprias no exterior; e um canal “webcommerce” destinado à venda de produtos das marcas Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme.

O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. (“ZZAB”)

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas nas cidades de Cajamar/SP, São Roque/SP, São Paulo/SP, Itupeva/SP, Distrito Federal/DF, Cariacica/ES, Alexânia/GO, Belo Horizonte/MG, Curitiba/PR, Rio de Janeiro/RJ, Duque de Caxias/RJ, Tijuca/SC, Porto Alegre/RS, Gramado/RS e Novo Hamburgo/RS, e abrangendo todas as marcas do Grupo (Controladora e suas Controladas).

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. (“ZZSAP”)

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZEXP Comercial Exportadora S/A (“ZZEXP”)

A ZZEXP tem por objeto a exportação de sapatos, bolsas e cintos de couro, artigos de vestuário, acessórios de moda do Grupo.

ARZZ International Inc. (“ARZZ Inc.”)

A ARZZ Inc. tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios. A ARZZ Inc. tem participação direta nas empresas ARZZ LLC, Schutz 655 LLC, Schutz Cali e Showroom Itália.

ARZZ LLC

Tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Schutz 655 LLC

Tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Schutz Cali LLC

A Schutz Cali LLC tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, exclusiva da marca Schutz.

Showroom Itália

O Showroom Itália iniciou as operações em 2018 e tem por objeto a exposição e representação de calçados, bolsas e cintos, exclusivamente da marca Alexandre Birman.

2. Políticas contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1.1. Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia seguiu as mesmas políticas contábeis e métodos de cálculo tais como foram aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2018. Exceto pelo CPC 06(R2)/IFRS 16, a Companhia não possui transações que sejam afetadas pelas novas normas e interpretações emitidas pelo CPC ou pelo IASB sendo assim, suas políticas contábeis já são consistentes com os novos requerimentos que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo ou pelo valor amortizado.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram autorizadas em Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de fevereiro de 2020.

2.2. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	País-sede	2019		2018	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	Brasil	99,99%	-	99,99%	-
ARZZ International INC.	Estados Unidos	100,00%	-	100,00%	-
ARZZ Co. LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz 655 LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
Schutz Cali LLC	Estados Unidos	-	100,00%	-	100,00%
ARZZ Itália SRL	Itália	-	100,00%	-	100,00%

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de formação, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio de poder exercido em relação à investida. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2. Bases de consolidação--Continuação

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que a participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3. Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Controladora e moeda de apresentação da Companhia e suas controladas. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do Real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do balanço.

2.4. Transações e saldos em moeda estrangeira

2.4.1. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.4.2. Empresas controladas

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas mensalmente pela taxa de câmbio média dos períodos. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada no exterior, é reconhecido na demonstração do resultado.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão de investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

I. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando o controle da propriedade dos produtos for transferido.

II. Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

III. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas esperadas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- I. Matérias primas: custo de aquisição segundo o custo médio.
- II. Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.8. Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, para fins de demonstrações financeiras da Controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

Vida útil média estimada	
Instalações e showroom	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10. Intangível--Continuação

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.11. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

2.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2019 e 2018 não transacionou operações de longo prazo (e tampouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13. Provisões

2.13.1. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

2.13.2. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14. Tributação

2.14.1. Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas, exceto:

- I. Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- II. Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e
- III. Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social	1,50%
State Sales Tax (Estados Unidos)	0% a 8,875%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Tributação--Continuação

2.14.2. Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.14.3. Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- I. Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- II. Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14. Tributação--Continuação

2.14.3. Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- I. Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- II. Sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.15. Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, plano de opções de ações e plano de ações restritas. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.16. Lucro por ação

A Companhia efetua o cálculo do lucro básico por ação utilizando a quantidade média ponderada de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). O lucro diluído por ação também é calculado por meio da referida média de ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações com efeito diluidor, nos exercícios apresentados.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC (IASB).

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

2.18. Instrumentos financeiros

2.18.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos financeiros não contabilizados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras. Esses ativos foram classificados nas categorias de custo amortizado e ativos financeiros a valor justo por meio de resultado, respectivamente.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Esses passivos foram classificados na categoria de custos amortizados.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.18. Instrumentos financeiros--Continuação

2.18.2. Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a sua classificação, sendo os ativos e passivos financeiros da Companhia classificados nas seguintes categorias:

I. Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

II. Ativos e passivos financeiros a custo amortizado

O ativo financeiro ou passivo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- a) o ativo financeiro ou passivo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter instrumentos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- b) os termos contratuais do ativo financeiro ou passivo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

III. Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro e passivo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade *de hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido *por hedge*.

Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

2.20. Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios a Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por seis marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman, Anacapri, Fiever e Alme), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas monomarcas, que compreendem as lojas próprias, franquias e webcommerce, e as lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.21. Pagamento baseado em ações

2.21.1. Plano de opções de ações

A Companhia aprovou um plano de opção de compra de ações para administradores e executivos selecionados, ofertando a eles a possibilidade de adquirir ações da Companhia na forma e condições descritas no plano. O valor justo das opções outorgadas de compra de ações é calculado na data da respectiva outorga com e a despesa é registrada em uma base “pro rata temporis”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

2.21.2. Plano ações restritas

A Companhia aprovou um plano de ações restritas para administradores, executivos e empregados selecionados da Companhia ofertando a eles as ações restritas na forma e condições descritas no plano. A despesa é registrada em uma base “pro rata temporis” que se inicia na data da outorga, até a data em que a Companhia transfere o direito das ações ao beneficiário. A despesa corresponde a quantidade de ações concedidas multiplicadas pelo valor justo da ação na data da outorga, bem como a provisão dos encargos. O detalhamento do programa da Companhia se encontra na Nota 32.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

3.1. Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e reconhecidas prospectivamente.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

I. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

II. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

3.2. Estimativas e premissas--Continuação

III. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

IV. Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a serem liquidadas com ações baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados e premissas mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção e da ação, volatilidade e taxa de juros livre de risco. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

V. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Pronunciamentos novos ou revisados

I. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

A partir de 1º de janeiro de 2019 as políticas contábeis, no que se refere as operações de arrendamento mercantil, estão consistentes com os novos pronunciamentos do CPC e IFRS (CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil e com a interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro.

4.1. CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O IASB (International Accounting Standards Board) emitiu, em janeiro de 2016, a nova norma de arrendamento mercantil, o IFRS 16 equivalente ao CPC 06 (R2) nas normas brasileiras de contabilidade alterando de forma significativa a maneira como os arrendatários deverão reconhecer e mensurar os contratos de arrendamento.

Como resultado da adoção da nova norma, com algumas poucas exceções, todos os arrendamentos passarão a ser reconhecidos no balanço patrimonial do arrendatário, sendo registrados:

- Um passivo para pagamentos futuros; e
- Um ativo de direito de uso.

Desse modo as despesas de arrendamento serão contabilizadas como despesas de juros e amortização. Por consequência, a despesa total de arrendamento será maior nos primeiros anos do contrato, e os elementos variáveis dos pagamentos de arrendamento não serão considerados no cálculo do passivo, sendo estes registrados como despesa operacional.

A definição de arrendamento, a partir de agora, abrange todos os contratos que dão direito a uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

O CPC 06 (R2) entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com 2 (duas) opções para aplicação inicial: a adoção retrospectiva ou adoção modificada.

Desta forma, a Companhia fez a transição utilizando a abordagem retrospectiva modificada simples, ou seja, aplicou os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes na data de aplicação inicial. Sendo assim, não reapresentaremos informações e saldos em base comparativa.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja eleição é opcional. A Companhia adotou as seguintes políticas contábeis na transição:

- A Companhia não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial. Em vez disso, aplicou a norma aos contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (R2), (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- A Companhia optou por não separar componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento, considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;
- A Companhia não registrou os contratos os quais o prazo do arrendamento termina dentro de 12 meses a contar da data da aplicação inicial da norma;

- A Companhia não registrou os contratos os quais o ativo subjacente é de baixo valor quando novo, adotando para tal um valor de R\$20 (vinte mil reais);

4. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

4.1. CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil--Continuação

- A Companhia excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- A Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e

Conforme Ofício Circular 02/19 divulgado em 18 de dezembro de 2019 pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Companhia aplicou uma taxa de desconto nominal à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente em ambiente econômico similar - "portfólios"). Por este motivo, apresenta um intervalo de 1,8% a 6,9%, sendo o passivo de arrendamento considerado bruto de Pis e Cofins e o reconhecimento dos créditos com base nos pagamentos das contraprestações.

Os impactos da aplicação desta nova norma estão demonstradas nas notas 14 – Imobilizado e 18 – Operações de arrendamento mercantil.

4.2. ICPC 22 (IFRIC 23) – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro

A interpretação ICPC 22/IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. A Administração da Companhia deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. A interpretação foi aprovada em 21 de dezembro de 2018 e tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

Na avaliação da Companhia, não há impactos significativos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Caixa e bancos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa	450	283	1.175	1.168
Bancos	1.236	819	12.633	7.333
Total de caixa e bancos	1.686	1.102	13.808	8.501

6. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Renda fixa (a)	4.845	3.149	5.393	3.443
Fundo de investimento exclusivo				
CDB	2.984	21.109	3.540	22.936
Letras financeiras (CEF)	40.784	41.155	48.395	44.717
Letras financeiras do tesouro	174.064	143.761	206.547	156.204
Total das aplicações financeiras	222.677	209.174	263.875	227.300

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos.

Fundo de investimento exclusivo

O fundo de investimento ZZ Referenciado DI Crédito Privado é um fundo de renda fixa de crédito privado sob gestão, administração e custódia do Banco Santander S.A.. Não há prazo de carência para resgate de quotas, que podem ser resgatadas sem risco de perda significativa. O fundo de investimento não tem obrigações financeiras significativas. As obrigações financeiras limitam-se às taxas de gestão de ativos, às taxas de custódia, às taxas de auditoria e a às despesas.

O fundo é exclusivamente para o benefício da Companhia e de suas controladas. Desta forma, de acordo com a instrução CVM 408/04, a aplicação financeira no fundo de investimento no qual a Companhia tem participação exclusiva foi consolidada.

Em 31 de dezembro de 2019, a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 98,83% do CDI (99,00% em 31 de dezembro de 2018). Os ativos são compostos em 74% por Letras Financeiras do Tesouro - LFT e 82,57% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui aplicações dadas em garantia junto a instituições financeiras.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<u>Clientes nacionais</u>				
Duplicatas a receber	292.542	259.932	298.350	265.141
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	1.580	355	-	-
<u>Clientes estrangeiros</u>				
Duplicatas a receber	3.574	10.493	54.242	58.861
Duplicatas a receber - partes relacionadas (nota 12a)	23.736	22.583	-	-
<u>Outros</u>				
Cheques	24	25	80	96
Cartões de crédito	-	-	73.775	74.593
	321.456	293.388	426.447	398.691
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.639)	(4.839)	(2.633)	(5.243)
Total do contas a receber	319.817	288.549	423.814	393.448
Circulante	285.679	255.246	413.412	382.728
Não Circulante	34.138	33.303	10.402	10.720

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de “cartões de créditos” e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, estão representadas pela conta de “duplicatas - clientes nacionais”.

A composição das contas a receber (clientes estrangeiros) por moeda é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
USD	27.299	33.012	51.045	55.488
EUR	11	64	3.197	3.373
	27.310	33.076	54.242	58.861

7. Contas a receber de clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	(4.839)	(2.843)	(5.243)	(2.889)
Adições/reversões	(2.180)	(3.826)	(2.770)	(4.184)
Realizações	5.380	1.830	5.380	1.830
Saldo no final do exercício	(1.639)	(4.839)	(2.633)	(5.243)

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	307.843	273.938	413.327	379.240
Vencido até 30 dias	4.656	2.079	4.656	2.079
Vencido de 31 a 60 dias	2.614	2.494	2.614	2.494
Vencido de 61 a 90 dias	1.734	10.099	1.734	10.099
Vencido de 91 a 180 dias	974	3.430	974	3.430
Vencido de 181 a 360 dias	1.824	572	1.331	572
Vencido há mais de 360 dias	1.811	776	1.811	777
	321.456	293.388	426.447	398.691

Dado o contexto do cenário econômico atual e baseado em análises de crédito, a Companhia realizou algumas negociações comerciais para alongamento de prazo. De forma complementar, houve um reforço nos critérios da análise de crédito e de garantias reais a fim de reduzir o risco de crédito da Companhia. Tais negociações estão documentadas por instrumentos jurídicos específicos, composições de garantias e atualização dos valores com taxas atreladas ao CDI. A composição das contas a receber por idade de vencimento acima apresentada considera os termos destas negociações.

A Companhia efetua avaliação de risco do contas a receber periodicamente e reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 uma provisão adicional de R\$2.770 (R\$4.184 em 31 de dezembro de 2018) e R\$9.299 (R\$5.079 em 31 de dezembro de 2018) referentes perdas no recebimento de crédito, classificado em despesas comerciais. Assim a Administração entende que o saldo da provisão é suficiente para cobrir os riscos do contas a receber.

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	60.119	39.781	157.622	126.041
Matérias primas	4.060	5.348	17.480	18.108
Produtos em elaboração	-	-	6.219	6.297
Adiantamentos a fornecedores	4.825	3.051	5.631	4.502
(-) Provisão para perdas	(5.717)	(2.860)	(7.453)	(4.087)
Total dos estoques	63.287	45.320	179.499	150.861

As matérias primas destinam-se ao desenvolvimento de novos produtos e coleções e a produção de calçados na controlada ZZSAP. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada ZZSAP. Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados e bolsas para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes e para venda nas lojas próprias e webcommerce.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do período	(2.860)	(2.954)	(4.087)	(3.548)
Adições/reversões	(4.060)	(1.840)	(4.569)	(2.473)
Realizações	1.203	1.934	1.203	1.934
Saldo no final do período	(5.717)	(2.860)	(7.453)	(4.087)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS a recuperar	9.243	6.881	14.560	12.506
Antecipação de IRPJ	24.794	24.837	25.380	25.129
Antecipação de CSLL	6.789	4.431	6.924	4.547
Pis e Cofins a recuperar	3	-	39.851	4.313
IPI a Recuperar	-	-	1.425	1.021
Outros	1.124	379	2.192	1.854
Total dos impostos a recuperar	41.953	36.528	90.332	49.370

10. Outros créditos

	2019	2018	2019	2018
Adiantamento ao fundo de propaganda (a)	7.163	5.031	7.163	5.031
Adiantamento a franqueados	623	623	623	623
Adiantamentos a fornecedores	2.130	2.436	2.710	5.444
Adiantamentos a empregados	1.002	974	4.628	8.130
Adiantamentos de viagens	56	202	57	237
Despesas antecipadas	1.290	1.751	1.318	1.774
Outros créditos a realizar	1.746	1.557	5.731	4.727
Total de outros créditos	14.010	12.574	22.230	25.966
(-) Circulante	13.693	12.029	19.739	23.241
Não circulante	317	545	2.491	2.725

(a) Adiantamentos ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia (“Rede de Franquias Arezzo”, “Rede de Franquias Schutz” e “Rede de Franquias Anacapri”), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo”, “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Schutz” e “Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Anacapri”. Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, Rede de Franquias Schutz e Rede de Franquias Anacapri, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. Imposto de renda e contribuição social**a) Impostos diferidos**

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bases de cálculo IRPJ e CSLL diferidos				
Lucro não realizado nos estoques	20.732	18.877	20.732	18.877
Provisão variação cambial	1.753	1.329	(1.871)	(1.268)
Provisão para perda de estoque	5.717	2.860	6.087	4.087
Provisão de contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	5.508	5.693	9.169	8.586
Provisão para perdas com recebimento de créditos	1.887	5.457	1.887	5.457
Provisão para plano de ações	4.879	3.369	4.879	3.369
Provisão para comissões	3.461	2.954	3.461	2.954
Prejuízo fiscal	-	-	-	3.144
Variação cambial - hedge	-	4.951	-	4.951
Outras provisões	757	823	1.781	1.286
Ativo fiscal diferido	44.694	46.313	46.125	51.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.196	15.746	15.682	17.491

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Sobre diferenças temporárias	16.877	14.065	17.363	15.534
Sobre ajuste de avaliação patrimonial - Hedge	(1.681)	1.681	(1.681)	1.681
Sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social	-	-	-	276
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (i)	15.196	15.746	15.682	17.491

(i) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis, e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de cálculo da contribuição social em controlada.

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**a) Impostos diferidos--Continuação**

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	1905	2018
Saldo de abertura	15.746	8.408	17.491	11.533
Despesa de imposto reconhecida no resultado	1.131	5.657	(128)	4.277
Imposto de renda diferido reconhecido em outros resultados abrangentes	(1.681)	1.681	(1.681)	1.681
Saldo no final do exercício	15.196	15.746	15.682	17.491

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos.

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2019	-	8.266	-	9.107
2020	6.868	3.740	7.114	4.192
2021	4.164	3.740	4.284	4.192
2022	4.164	-	4.284	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	15.196	15.746	15.682	17.491

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	175.098	147.681	204.926	169.998
Alíquota vigente	34,0%	34,0%	34,0%	34,0%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(59.533)	(50.212)	(69.675)	(57.799)
IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízos não constituídos em empresas controladas	-	-	(22.340)	(15.675)
Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:				
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	9.190	8.060	9.190	8.060
Equivalência patrimonial	1.411	3.253	-	-
Juros sobre capital próprio	12.956	14.229	12.956	14.229
Subvenções governamentais (i)	25.122	19.725	30.078	24.407
Despesa com planos baseados em ações	(1.099)	(1.222)	(1.099)	(1.222)
Incentivos fiscais (PAT, Lei Rouanet, outros)	498	269	836	399
Outras diferenças permanentes	(1.504)	861	(2.733)	247
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.959)	(5.037)	(42.787)	(27.354)
Corrente	(14.090)	(10.694)	(42.659)	(31.631)
Diferido	1.131	5.657	(128)	4.277
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(12.959)	(5.037)	(42.787)	(27.354)
Taxa efetiva	7,4%	3,4%	20,9%	16,1%

(i) Incentivos fiscais de ICMS, considerados subvenção para investimento, nos termos da Lei Complementar nº 160/2017, conforme detalhamento apresentado na nota 33.

12. Saldos e transações com partes relacionadas**a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores**

2019							
Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações		
Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras	
Controladora							
ARZZ International INC	-	-	23.736	-	3.795	249	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	950	-	-	1.992	-	218.124	4.693
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	196	-	-	(707)	-	507	109.109
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	434	-	-	-	-	180	-
Total da controladora	1.580	-	23.736	1.285	3.795	219.060	113.802
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.502	-	-
Total do consolidado	-	-	-	-	1.502	-	-
2018							
Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Transações		
Contas a receber	Dividendos	Créditos	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras	
Controladora							
ARZZ International INC	-	-	22.583	-	19.563	1.253	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	-	-	-	1.792	-	197.843	-
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	149	-	-	-	-	41	100.866
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	206	15.230	-	-	-	37	-
Total da controladora	355	15.230	22.583	1.792	19.563	199.174	100.866
Consolidado							
Acionistas controladores	-	-	-	-	1.443	-	-
Total do consolidado	-	-	-	-	1.443	-	-

b) Natureza, termos e condições das transações - empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (Controladora) para as lojas da ZZAB e para a ARZZ International Inc. (controladas) e a aquisição dos mesmos da fabricante ZZSAP (controlada). Desde de setembro de 2016 a ZZEXP (controlada) iniciou operação de compra da ZZSAP e venda para a ARZZ International Inc.

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros e planos baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2019 a remuneração total relativa aos benefícios da Administração da Companhia foi de R\$13.257 (R\$12.914 em 31 de dezembro de 2018), como segue:

	2019	2018
Remuneração fixa anual salário/pró-labore	6.763	6.021
Remuneração variável bônus	3.473	3.751
Plano de opções de ações e ações restritas (Nota 32)	3.021	3.142
Total da remuneração	13.257	12.914

As despesas com plano de opções de ações e plano de ações restritas (Nota 32) estão sendo apresentadas como despesa operacional antes do resultado financeiro.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros para a Administração e seus empregados.

d) Transações ou relacionamentos com acionistas

Alguns diretores e conselheiros da Companhia detêm, de forma direta, uma participação total de 50,8% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2019.

e) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviço com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda., de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, membro do Conselho de Administração da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 esta empresa recebeu R\$630 (R\$671 em 31 de dezembro de 2018).

13. Participações societárias

a) Resumo dos saldos de balanço e resultado das controladas em 31 de dezembro de 2019:

Descrição	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Receita líquida	Resultado do exercício
ARZZ International INC	247.340	291.243	(43.903)	127.144	175.597	(65.706)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	292.513	72.139	220.374	93.614	346.099	35.154
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	84.208	28.142	56.066	27.592	138.243	14.662
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	161.923	139.807	22.116	2.000	117.657	20.040

b) Saldos de investimentos e equivalência patrimonial:

Descrição	Investimento		Resultado de equivalência patrimonial	
	2019	2018	2019	2018
ARZZ International INC	-	23.513	(65.706)	(46.104)
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	220.374	184.443	35.154	22.648
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	56.066	41.365	14.662	4.962
ZZEXP Comercial Exportadora S/A	22.116	30.159	20.040	28.061
Total investimento	298.556	279.480	4.150	9.567
ARZZ International INC	(43.903)	-	-	-
Provisão para perda com investimento	(43.903)	-	-	-
Total	254.653	279.480	4.150	9.567

c) Movimentação dos investimentos:

	2019	2018
Saldo no início do exercício	279.480	276.625
Distribuição de dividendos	(28.188)	(15.230)
Equivalência patrimonial	4.150	9.567
Ajuste de avaliação patrimonial	(789)	8.518
Saldo no final do exercício	254.653	279.480

Distribuição de dividendos

Em 02 de maio de 2019, a controlada ZZEXP Comercial Exportadora S.A aprovou a distribuição de dividendos decorrentes da participação detida pela Controladora no montante de R\$28.061 de seu lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ajustado pela constituição de reserva legal conforme preconizado pela legislação societária e pagos em 20 de dezembro de 2019.

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14. Imobilizado

Controladora	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	20.297	(13.915)	6.382	16.677	(11.777)	4.900
Móveis e utensílios	10.235	(5.075)	5.160	8.749	(4.232)	4.517
Máquinas e equipamentos	9.502	(5.589)	3.913	8.624	(4.857)	3.767
Instalações e showroom	25.261	(10.998)	14.263	21.888	(8.884)	13.004
Veículos	221	(209)	12	222	(197)	25
Terreno	84	-	84	101	-	101
Direito de uso de bens	34.163	(6.778)	27.385	-	-	-
Total	99.763	(42.564)	57.199	56.261	(29.947)	26.314

Consolidado	2019			2018		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Computadores e periféricos	25.050	(17.234)	7.816	20.873	(14.441)	6.432
Móveis e utensílios	37.607	(16.020)	21.587	29.163	(12.000)	17.163
Máquinas e equipamentos	25.722	(14.360)	11.362	23.745	(12.205)	11.540
Instalações e showroom	105.501	(46.774)	58.727	85.680	(37.739)	47.941
Veículos	234	(223)	11	234	(210)	24
Terreno	84	-	84	101	-	101
Direito de uso de bens	245.097	(40.602)	204.495	-	-	-
Total	439.295	(135.213)	304.082	159.796	(76.595)	83.201

14. Imobilizado--Continuação

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	Computa- dores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipa- mentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
Saldos em 31/12/2017	5.040	3.664	4.085	8.626	45	101	-	21.561
Aquisições	1.925	2.018	587	6.886	-	-	-	11.416
Depreciação	(2.056)	(752)	(822)	(1.871)	(20)	-	-	(5.521)
Baixas	(9)	(413)	(83)	(637)	-	-	-	(1.142)
Saldos em 31/12/2018	4.900	4.517	3.767	13.004	25	101	-	26.314
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	32.987	32.987
Aquisições	3.625	1.492	878	3.373	-	-	1.258	10.626
Depreciação CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(6.796)	(6.796)
Depreciação	(2.141)	(849)	(732)	(2.114)	(13)	-	-	(5.849)
Baixas	(2)	-	-	-	-	(17)	(64)	(83)
Saldos em 31/12/2019	6.382	5.160	3.913	14.263	12	84	27.385	57.199
Taxa média de depreciação	20%	10%	10%	10%	20%	-		
Consolidado	Computa- dores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipa- mentos	Instalações e showroom	Veículos	Terrenos	Direito de uso de imóveis	Total
Saldos em 31/12/2017	6.152	13.176	9.172	38.991	44	101	-	67.636
Aquisições	2.952	9.373	4.509	19.819	-	-	-	36.653
Depreciação	(2.669)	(3.193)	(2.038)	(9.223)	(20)	-	-	(17.143)
Baixas	(72)	(2.366)	(103)	(2.805)	-	-	-	(5.346)
Variação cambial	69	173		1.159	-	-	-	1.401
Saldos em 31/12/2018	6.432	17.163	11.540	47.941	24	101	-	83.201
Adoção inicial CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	199.777	199.777
Aquisições	4.241	9.711	1.999	23.318	-	-	41.832	81.101
Depreciação CPC 06(R2)	-	-	-	-	-	-	(40.751)	(40.751)
Depreciação	(2.829)	(4.288)	(2.158)	(11.712)	(13)	-	-	(21.000)
Baixas	(55)	(991)	(19)	(1.519)	-	(17)	(928)	(3.529)
Variação cambial	27	(8)	-	699	-	-	4.565	5.283
Saldos em 31/12/2019	7.816	21.587	11.362	58.727	11	84	204.495	304.082

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluíram que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

15. Intangível

	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Controladora						
Marcas e patentes	5.336	-	5.336	4.686	-	4.686
Direito de uso de lojas (definido)	954	(954)	-	954	(954)	-
Direito de uso de sistemas	118.935	(82.891)	36.044	95.519	(68.041)	27.478
Total	125.225	(83.845)	41.380	101.159	(68.995)	32.164

	2019			2018		
	Custo	Amortização	Líquido	Custo	Amortização	Líquido
Consolidado						
Marcas e patentes	6.494	-	6.494	5.802	-	5.802
Direito de uso de lojas (indefinido)	28.167	-	28.167	30.643	-	30.643
Direito de uso de lojas (definido)	4.039	(4.039)	-	4.334	(4.334)	-
Direito de uso de sistemas	124.972	(84.586)	40.386	99.686	(68.963)	30.723
Total	163.672	(88.625)	75.047	140.465	(73.297)	67.168

Os detalhes da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	3.927	818	-	34.120	38.865
Transferência	-	(694)	694	-	-
Aquisições	759	-	-	8.083	8.842
Amortização	-	-	(694)	(14.533)	(15.227)
Baixas	-	(124)	-	(192)	(316)
Saldos em 31/12/2018	4.686	-	-	27.478	32.164
Aquisições	650	-	-	23.466	24.116
Amortização	-	-	-	(14.870)	(14.870)
Baixas	-	-	-	(30)	(30)
Saldos em 31/12/2019	5.336	-	-	36.044	41.380
Taxa média de depreciação	Indefinida	Indefinida	Definida	20%	

15. Intangível--Continuação

Consolidado	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Saldos em 31/12/2017	4.051	39.603	-	35.539	79.193
Transferência	-	(9.073)	9.073	-	-
Aquisições	1.779	237	-	9.945	11.961
Amortização	-	-	(9.012)	(14.727)	(23.739)
Baixas	-	(124)	(61)	(193)	(378)
Variação cambial	(28)	-	-	159	131
Saldos em 31/12/2018	5.802	30.643	-	30.723	67.168
 Transferência	 -	 (2.926)	 2.926	 -	 -
Aquisições	650	450	-	25.240	26.340
Amortização	-	-	(2.926)	(15.645)	(18.571)
Baixas	-	-	-	(30)	(30)
Variação cambial	42	-	-	98	140
Saldos em 31/12/2019	6.494	28.167	-	40.386	75.047
Taxa média de depreciação	Indefinida	Indefinida	Definida	20%	

Os intangíveis de vida útil definida denominados “Direito de uso de sistemas” referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e softwares desenvolvidos internamente e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contrapartida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indefinida referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados, cujo os contratos de locação preveem renovações de prazos altamente prováveis. A recuperação destes ativos se dará quando da alienação dos pontos comerciais ou pela redução ao valor recuperável.

As aquisições dos Direitos de Uso das Lojas ocorrem mediante pagamentos à vista para liberação do ponto comercial, não restando outras obrigações decorrentes destas aquisições no passivo da Companhia. Essas negociações são usuais neste tipo de transação comercial devido à característica de negócio.

De acordo com o Plano de Expansão anual, a Companhia revisou a vida útil indefinida de certos ativos intangíveis classificados em Direito de uso de lojas, passando a trata-los como ativos de vida útil definida e amortizando em até 1 ano.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$33.785 na Controladora e no Consolidado (R\$29.946 em 31 de dezembro de 2018) relativos a gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e tecnologia, registradas na rubrica de despesas gerais e administrativas e no ativo intangível da Companhia.

15. Intangível--Continuação

Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do “valor em uso”, através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa média de desconto antes dos impostos de 14,9% ao ano (equivalente a WACC de 10,0% ao ano), para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- **Receitas** - As receitas foram projetadas entre 2020 e 2024 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa, os impactos de novos projetos arquitetônicos de certas lojas e nível de cada loja e marca no mercado.
- **Custos e despesas operacionais** - Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- **Investimentos de capital** - Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
FINAME (a)	-	-	350	467
Adiantamento de contrato de câmbio - ACC (b)	-	-	66.453	23.396
FINEP (c)	8.957	17.549	8.957	17.549
Empréstimos em moeda estrangeira (d)	40.301	58.133	40.301	58.133
Pré-pagamento de exportação – PPE (e)	-	-	64.723	11.873
Total dos empréstimos	49.258	75.682	180.784	111.418
Circulante	45.419	8.592	158.222	43.978
Não circulante	3.839	67.090	22.562	67.440

Os vencimentos dos contratos e a taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- a) Finame: 6% ao ano, com parcelas mensais e vencimento final em outubro de 2024;
- b) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019 de 3,84% ao ano. São diversos contratos com vencimento final até dezembro de 2020;
- c) FINEP: Taxa de 4% ao ano, limitado à TJLP. Com vencimentos até setembro de 2021;
- d) Capital de giro em moeda estrangeira - “operação 4.131”: denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,35% ao ano e vencimento em junho de 2020;
- e) Pré-pagamento de exportação (PPE): denominado em Dólares, acrescido pela taxa de juros, média em 31 de dezembro de 2019, de 3,91% ao ano e vencimento em dezembro de 2021.

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os detalhes da movimentação dos empréstimos da Companhia estão demonstrados a seguir:

Controladora	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2017	-	26.456	99.285	125.741
Captação	-	-	-	-
Pagamento de parcelas	-	(8.925)	(58.142)	(67.067)
Pagamento de juros	-	(927)	(3.934)	(4.861)
Provisão de juros e variação cambial	-	945	17.050	17.995
Variação cambial (resultado abrangente)	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	-	17.549	58.133	75.682
Pagamento de parcelas	-	(8.592)	(20.370)	(28.962)
Pagamento de juros	-	(523)	(2.256)	(2.779)
Provisão de juros e variação cambial	-	523	4.794	5.317
Saldo em 31/12/2019	-	8.957	40.301	49.258

Consolidado	FINAME	PPE	ACC	FINEP	Operação 4131	Total
Saldo em 31/12/2017	623	-	55.381	26.456	99.285	181.745
Captação	-	11.223	59.177	-	-	70.400
Pagamento de parcelas	-	-	(88.074)	(8.925)	(58.142)	(155.141)
Pagamento de juros	(188)	-	-	(927)	(3.934)	(5.049)
Provisão de juros e var.camb.	32	650	(3.088)	945	17.050	15.589
Var.camb. (result.abrangente)	-	-	-	-	3.874	3.874
Saldo em 31/12/2018	467	11.873	23.396	17.549	58.133	111.418
Captação	-	62.916	90.168	-	-	153.084
Pagamento de parcelas	-	(11.873)	(47.982)	(8.592)	(20.370)	(88.817)
Pagamento de juros	(141)	236	(3.784)	(523)	(2.256)	(6.468)
Provisão de juros e var.camb.	24	1.570	4.656	523	4.794	11.567
Saldo em 31/12/2019	350	64.722	66.454	8.957	40.301	180.784

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
2020	-	63.251	-	63.324
2021	3.839	3.839	22.357	3.911
2022	-	-	73	73
2023	-	-	73	132
2024	-	-	59	-
Total dos empréstimos	3.839	67.090	22.562	67.440

Os empréstimos estão garantidos por aval das empresas do grupo e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas (*covenants*) relacionadas a indicadores financeiros. Os contratos Finame possuem como garantia os próprios bens objeto dos contratos.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco, utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança corporativa, quando contratadas pelos lojistas. Em 31 de dezembro de 2019 o valor destas operações era de R\$1.392 (R\$1.275 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia mantém também um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco Alfa, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinada aos franqueados “Arezzo”, utilizando-se recursos do BNDES para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela Companhia, bem como para custos associados a essas operações. Pelos termos do acordo, a Companhia é garantidora dessas operações e em 31 de dezembro de 2019 o saldo dessas operações garantidas pela Companhia é de R\$8.832 (R\$10.580 em 31 de dezembro de 2018).

Não há histórico de perdas para a Companhia em operações desta natureza.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fornecedores nacionais	51.506	30.597	66.071	51.965
Operação de risco sacado (a)	67.941	57.955	67.941	57.955
Partes relacionadas (Nota 12.a)	1.285	1.792	-	-
Fornecedores estrangeiros	955	201	955	201
Total de fornecedores	121.687	90.545	134.967	110.121

- a) A Companhia possui contratos firmados com o Banco Itaú Unibanco S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. A Administração revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições anteriormente estabelecidos quando realizada análise completa dos fornecedores por categoria, portanto a Companhia demonstra esta operação na rubrica de Fornecedores.

18. Operações de arrendamento mercantil

Dentro do contexto da aplicação do CPC 06 (R2), como descrito na nota 4, a Companhia avaliou sua carteira de contratos e identificou 110 contratos com componentes de arrendamento, sendo que, 53 foram classificados nas isenções da norma e 57 dentro do escopo de arrendamento. Sendo estes contratos referem-se a aluguéis mínimos de suas unidades de lojas próprias, escritórios, fábricas e centros de distribuição.

Dos contratos que estão dentro do escopo da norma, a Companhia registrou o direito de uso pelo montante correspondente ao passivo do arrendamento. Este, por sua vez, foi reconhecido com base no valor presente dos pagamentos remanescentes do contrato, descontado pela taxa nominal correspondente às cotações de mercado, apresentando portanto um intervalo de 1,8% a 6,1%.

As contas patrimoniais sofreram alterações significativas, pelo reconhecimento de todos compromissos futuros originados dos contratos no escopo do arrendamento. Na adoção inicial o ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamento a pagar no montante de R\$32.987 na controladora e R\$199.777 no consolidado, ajustados ao valor presente.

18. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

a) Movimentação do ativo com direito de uso de bens:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019		
Reconhecimento CPC 06(R2)	32.987	199.777
Total de direito de uso de bens em 01/01/2019	32.987	199.777
Adições no período	1.258	41.832
Baixas no período	(64)	(928)
Depreciação no período	(6.796)	(40.751)
Variação cambial	-	4.565
Total de direito de uso de bens em 31/12/2019	27.385	204.495

b) Movimentação do passivo de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Adoção inicial em 01/01/2019	36.640	218.607
Ajuste a valor presente	(3.653)	(18.830)
Passivo de arrendamento em 01/01/2019	32.987	199.777
Adições no período	1.258	41.832
Baixas líquidas no período	(64)	(943)
Contraprestação do período	(6.479)	(42.069)
Juros s/arrendamento no período	944	5.608
Variação Cambial	-	4.853
Passivo de arrendamento em 31/12/2019	28.646	209.058
Circulante	6.826	40.145
Não circulante	21.820	168.913

c) Compromisso futuros

	Fluxo de caixa (valor presente)		Fluxo de caixa contratual bruto	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
2020	6.826	40.145	7.632	45.118
2021	5.157	34.823	5.770	38.735
2022	3.752	28.658	4.224	31.692
2023	3.847	27.046	4.199	29.344
Após 2024	9.064	78.386	9.620	82.523
Total	28.646	209.058	31.445	227.412
Potencial crédito de PIS e COFINS	2.650	6.988	2.909	7.499

18. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

d) Reconciliação dos pagamentos de arrendamento:

	Controladora	Consolidado
Saída de caixa (DFC)	(6.609)	(46.723)
Contraprestações do período	(6.479)	(42.069)
Contratos de curto prazo	(28)	(2.988)
Contratos de baixo valor	(102)	(102)
Parcelas variáveis de contratos	-	(1.564)

e) Informações adicionais:

Conforme ofício 02/2019 emitido pela CVM em 18 de dezembro de 2019, a companhia arrendatária deve projetar inflação futura nos fluxos a serem descontados de modo a não haver a impropriedade técnica no cálculo, ocasionada pela flexibilidade prevista no CPA 06(R2), e preservando, por conseguinte, a qualidade da informação a ser apresentada para os investidores no mercado brasileiro.

Para projeção do fluxo de caixa, a Companhia utilizou a taxa de inflação divulgada no Bacen para os contratos no Brasil e taxa de inflação divulgada pelo *The Federal Reserve (Fed)*, banco central americano) para os contratos americanos.

Controladora	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	97.336	78.859	57.630	39.057	25.719	14.265
Despesa financeira (juros nominal)	4.958	4.118	2.915	1.931	1.204	1.385
Contraprestação leasing (*)	(22.467)	(24.244)	(19.810)	(13.601)	(10.894)	(12.529)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(968)	(1.103)	(1.678)	(1.668)	(1.764)	(3.121)
Saldo final	78.859	57.630	39.057	25.719	14.265	-
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	22.467	24.244	19.810	13.601	10.894	12.529
Fluxo de caixa nominal	23.435	25.347	21.488	15.269	12.658	15.650
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(968)	(1.103)	(1.678)	(1.668)	(1.764)	(3.121)

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

18. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

e) Informações adicionais: --Continuação

Consolidado	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2024
Passivo leasing						
Saldo inicial (AVP)	166.910	149.844	130.915	113.302	95.874	77.343
Despesa financeira (juros nominal)	2.686	2.563	2.223	1.912	1.587	3.289
Contraprestação leasing (*)	(19.460)	(20.879)	(18.930)	(18.095)	(18.454)	(70.009)
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(292)	(613)	(906)	(1.245)	(1.664)	(10.623)
Saldo final	149.844	130.915	113.302	95.874	77.343	-
Contraprestação leasing						
Fluxo de caixa real	19.460	20.879	18.930	18.095	18.454	70.009
Fluxo de caixa nominal	19.752	21.492	19.836	19.340	20.118	80.632
Inflação futura não incorporada na contraprestação	(292)	(613)	(906)	(1.245)	(1.664)	(10.623)

(*) Não inclui contraprestação de contratos baixados durante o ano de 2019.

19. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Salários a pagar	25.620	18.459	28.103	21.113
Provisão para férias e encargos	13.437	11.321	19.194	17.049
Total de encargos trabalhistas	39.057	29.780	47.297	38.162

20. Obrigações fiscais e sociais

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS sobre venda	302	1.018	3.947	6.032
Imposto de renda retido na fonte	4.679	6.388	5.257	6.945
Encargos sociais a recolher	3.878	3.155	5.772	5.028
PIS e COFINS	2.021	2.974	2.958	4.685
IRPJ e CSLL	-	-	12.086	4.201
Outros impostos e encargos	1.812	1.714	2.886	2.236
Total de obrigações fiscais e sociais	12.692	15.249	32.906	29.127

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Trabalhista	3.608	3.515	6.887	6.016
Tributária	1.675	1.675	2.044	2.044
Cível	226	303	237	325
Total de provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	5.509	5.493	9.168	8.385

Trabalhistas - a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Tributário - a Companhia e sua controlada ZZSAP são partes em processos tributários referentes à discussão da majoração da alíquota do Fator Acidentário de Prevenção, para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Cível - a Companhia e suas controladas são partes em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral e material e cobrança de títulos. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, como segue:

Controladora	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2017	4.195	1.675	256	6.126
Adições/atualizações	1.231	-	298	1.529
Reversões/pagamentos	(1.911)	-	(251)	(2.162)
Saldos em 31/12/2018	3.515	1.675	303	5.493
Adições/atualizações	1.452	-	385	1.837
Reversões/pagamentos	(1.359)	-	(463)	(1.822)
Saldos em 31/12/2019	3.608	1.675	225	5.508
Consolidado	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
Saldos em 31/12/2017	6.535	2.044	287	8.866
Adições/atualizações	2.434	-	345	2.779
Reversões/pagamentos	(2.953)	-	(307)	(3.260)
Saldos em 31/12/2018	6.016	2.044	325	8.385
Adições/atualizações	4.388	-	420	4.808
Reversões/pagamentos	(3.517)	-	(507)	(4.024)
Saldos em 31/12/2019	6.887	2.044	238	9.169

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos de natureza trabalhista, tributária e cível, nas esferas administrativas e judiciais, em 31 dezembro de 2019 no montante aproximado de R\$110.985 (R\$91.980 em 31 de dezembro de 2018), cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento. Sendo o montante distribuído em 31 de dezembro de 2019 de R\$45.071, R\$56.926 e R\$8.988, respectivamente, na natureza trabalhista, tributária e cível (R\$30.649, R\$58.601 e R\$2.730 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

Dentre estes outros processos, encontram-se os seguintes:

- i. Ação Anulatória de Débito Fiscal, nº 1015792-98.2017.4.01.3400, cuja tramitação ocorre na 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, visando a suspensão e a posterior anulação dos créditos materializados nos Autos de Infração objeto do Processo Administrativo nº 15504.725551/2013-17 (por supostas omissões de receitas financeiras decorrentes de contratos de mútuo celebrados com empresas coligadas nos anos-calendário de 2008 e 2009; excesso de dedução de despesas decorrentes do pagamento de Juros sobre o Capital próprio nos anos-calendário de 2008 e 2009, supostamente desproporcional à participação societária e amortização fiscal supostamente indevida do ágio pago na aquisição da Empresa pela BRICS em 8.11.2007), assim como a declaração do direito da empresa de deduzir a despesa com amortização de ágio ao menos da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e o cancelamento da cobrança das multas isoladas exigidas pelo não recolhimento das estimativas no valor entendido como devido, nos termos do artigo 44, II, da Lei nº 9.430/1996 (no patamar de 50%). O processo em questão aguarda a realização de perícia contábil requerida pela Companhia, que tem como finalidade demonstrar que o negócio desenvolvido à época da aquisição das ações pela BRICS demonstrava relevante vitalidade econômica e propósito negocial. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante aproximado de R\$26.746.
- ii. Processo Administrativo nº 15504-725.206/2018-80 decorrente de Auto de Infração lavrado em 11/10/2018, por meio do qual foi constituído crédito tributário referente à Contribuição Previdenciária da Empresa (“Cota Patronal”) e Contribuição de Outras Entidades e Fundos (“Contribuição de Terceiros”), relativas ao período compreendido entre junho de 2014 a setembro de 2017, cumuladas com juros de mora e multa proporcional, pois segundo o fisco, a Companhia teria remunerado seus empregados e contribuintes individuais por intermédio da outorga de opções de compra de ações no âmbito do “Plano de Opção de Compra de Ações”, que na concepção da Receita Federal, tem caráter remuneratório, passível de contribuição previdenciária. O processo em questão foi impugnado, sob alegação de que o “Plano de Opção de Compra de Ações” utilizado pela Companhia tem caráter mercantil. Atualmente aguarda julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais dos Recursos Voluntários apresentados em nome da devedora principal (Arezzo Indústria e Comércio S.A.) e das responsáveis solidárias (ZZAB, ZZEXP e ZZSAP), em face do acórdão nº: 14-91.305 que negou provimento a Impugnação do contribuinte. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$6.092.
- iii. Ação Anulatória 00000033-68.2017.8.21.0087, cuja tramitação ocorre na 2ª Vara Cível de Campo Bom/RS, visando anular o débito objeto do AL nº 25771370 lavrado sob acusação de crepitemento indevido de ICMS, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM) e Áreas de Livre Comércio (ALC's), relativa aos períodos de fevereiro de 2008 a dezembro de 2011. CDA nº 019/0543060. Paralelamente ao ajuizamento da ação Anulatória, o Fisco distribuiu a Execução Fiscal nº 0006055-45.2017.8.21.0087 por dependência à Anulatória. O processo em questão foi julgado procedente, desconstituindo o auto de lançamento. Aguardamos o decurso do prazo o Estado recorrer da decisão. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de aproximadamente R\$6.880.

21. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

- iv. Processo nº 5001519-32.2019.8.21.0087- Pedido de tutela de Urgência Antecipada – em face da lavratura do Auto de Infração nº AI: 8225966 ajuizado pelo Receita Estadual do Rio Grande do Sul, em 21 de julho de 2018, decorrente da remessa de mercadorias a adquirentes estabelecidos na Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio no período de 01/06/2013 a 31/03/2018. Segundo a Receita, teriam sido detectadas as seguintes irregularidades: (i) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Municípios que não possuem benefício fiscais (isenção de ICMS); (ii) ausência de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias importadas para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio; (iii) falta de pagamento do imposto decorrente da saída de mercadorias para Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio sem comprovação do efetivo ingresso das mercadorias formalizada pela SUFRAMA; e (iv) creditamento indevido do imposto por ausência de estorno de ICMS nas operações de saída de mercadorias destinadas à Zona Franca de Manaus e área de livre comércio. Obtivemos a liminar e suspensão da exigibilidade do débito. A expectativa de perda é considerada “possível”, no montante de R\$ 1.762.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. A legislação nos Estados Unidos (país em que certas controladas da Companhia operam) possui prazos prescricionais diferenciados.

Depósitos judiciais e garantia judicial

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo dos depósitos judiciais é de R\$14.669 na Controladora (R\$12.014 em 31 de dezembro de 2018) e R\$21.863 no Consolidado (R\$18.402 em 31 de dezembro de 2018).

A Companhia utiliza a modalidade de garantia judicial, regulamentada pela legislação vigente, utilizada especialmente como uma forma de caução no processo e/ou em substituição às garantias dadas, sendo o instrumento mais econômico existente atualmente, preservando o patrimônio e capital da Companhia. Em 31 de dezembro de 2019 o saldo destas garantias judiciais é de R\$6.620.

22. Capital social e reservas**22.1. Capital social**

Em 27 de maio de 2019, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital da Companhia no valor de R\$11.642 em razão do exercício, por determinados beneficiários, de suas respectivas opções de compra no montante de 651 mil ações ordinárias, todas nominativas, escriturais sem valor nominal, nos termos dos Planos de Opções de Compra de Ações.

	Ações em milhares	Capital social R\$
Saldo em 31/12/2017	89.766	330.375
Emissão de ações com plano de opção de ações	537	10.698
Saldo em 31/12/2018	90.303	341.073
Emissão de ações com plano de opção de ações	651	11.642
Saldo em 31/12/2019	90.954	352.715

22.2. Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizado em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

- Em 01 de junho de 2008, a BRICS Participações S/A (“BRICS”) foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935. No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC Holdins S/A (“FIGEAC”).
- Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$7.535.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$550 (R\$363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

22. Capital social e reservas--Continuação

22.2. Reserva de capital--Continuação

Com a implementação dos Planos baseados em ações, a Companhia constituiu a Reserva de opções outorgadas no montante de R\$23.593 (R\$23.122 em 31 de dezembro de 2018) e Reserva de ações restritas no montante de R\$5.670 (R\$4.466 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na Nota 32.

22.3. Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é R\$55.082 (R\$50.839 em 31 de dezembro de 2018).

Reserva para investimentos

Refere-se a reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos (“P&D”), tendo como base o orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$2.683.

Reserva de incentivos fiscais

Refere-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimento (Nota 33) pela controladora e suas controladas. O saldo da reserva em 31 de dezembro de 2019 é de R\$213.880 (R\$136.443 em 31 de dezembro de 2018).

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção acumulada até 31 de dezembro de 2019 é de R\$36.511 (R\$111.511 em 31 de dezembro de 2018).

Conforme o art. 199 da Lei 6.404/76, o saldo desta reserva, acrescido das demais reservas de lucro, não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

22.4. Outros resultados abrangentes

Reserva para diferenças cambiais sobre conversão de operações estrangeiras

A Companhia reconheceu como outros resultados abrangentes, em linha específica do patrimônio líquido, as diferenças cambiais sobre a conversão de operações estrangeiras, representadas por suas controladas localizadas nos Estados Unidos, cuja moeda funcional é o dólar. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 o montante é de perda R\$790 (R\$8.518 em 31 de dezembro de 2018).

22.5. Ações em Tesouraria

Em 27 de março de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o Programa de Recompra de Ações (“Programa de Recompra”), de emissão de ações da própria Companhia, sem redução do capital social, para serem mantidas em tesouraria e posteriormente utilizadas para atender ao Plano de Ações Restritas (Nota 32), podendo, ainda, serem canceladas ou alienadas.

Abaixo demonstramos o saldo de ações em tesouraria:

	2019	2018
Saldo de ações R\$	195	2.332
Quantidade	5.207	52.119
Custo médio	37,37	44,75

23. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

a) Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2019	2018
Lucro do exercício	162.139	142.644
Reserva legal	(4.243)	(7.132)
Reserva de incentivos fiscais	(77.437)	(71.785)
Lucro líquido à destinar	80.459	63.727
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	20.115	15.932
Dividendos e juros sobre o capital próprio		
Juros sobre o capital próprio creditados e pagos	38.105	21.001
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(4.985)	(2.828)
Dividendos intercalares pagos	14.512	25.000
Dividendos adicionais propostos	27.842	17.726
Total	75.474	60.899
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório	55.359	44.967
Dividendos em excesso ao mínimo obrigatório por ação - R\$	0,6087	0,4982

23. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos--Continuação

a) Dividendos--Continuação

Em 20 de fevereiro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, com base na reserva de lucros, conforme balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2018, no montante de R\$75.000, R\$0,8310 por ação, pagos em 02 de abril de 2019.

Em 30 de abril de 2019, a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos suplementares no montante de R\$17.726, R\$ 0,1964 por ação pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de junho de 2019, no montante de R\$7.274, R\$0,0800 por ação, pagos em 15 de outubro de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intercalares, com base no lucro líquido do exercício conforme balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2019, no montante de R\$7.238, R\$0,0796 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

A Diretoria da Companhia encaminhou para apreciação do Conselho de Administração, em reunião realizada em 27 de fevereiro de 2020, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a proposta de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$27.842, R\$0,3061 por ação, sujeita à aprovação posterior da Assembleia Geral da Companhia.

b) Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros são revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Em 24 de junho de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o primeiro semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$20.344, R\$0,2238 por ação, pagos em 25 de julho de 2019.

Em 27 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de proventos para o segundo semestre de 2019 a título de juros sobre o capital próprio no valor de R\$17.761, R\$0,1953 por ação, pagos em 15 de janeiro de 2020.

Os juros sobre o capital próprio creditados durante o exercício constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

24. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para o exercício findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

a) Lucro básico por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (Nota 22.5).

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	162.139	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	90.687	89.992
Lucro básico por ação - R\$	1,7879	1,5851

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da Controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais diluidoras referentes a opção de compra de ações conforme demonstrado no quadro abaixo:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	162.139	142.644
Média ponderada de ações ordinárias	90.687	89.992
Ajuste por opções de compra de ações	19	534
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação	90.706	90.526
Lucro diluído por ação - R\$	1,7875	1,5757

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

25. Receita operacional líquida

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	1.542.052	1.414.519	1.804.947	1.678.868
Mercado externo	4.508	10.057	258.982	186.900
Devolução de vendas	(45.933)	(34.349)	(113.340)	(84.190)
Descontos e abatimentos	(5.077)	(3.218)	(5.076)	(3.218)
Impostos sobre vendas	(207.479)	(192.549)	(266.278)	(251.701)
Receita operacional líquida	1.288.071	1.194.460	1.679.235	1.526.659

26. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri, Alexandre Birman, Fiever e Alme) e canais (franquias, multimarca, lojas próprias e webcommerce) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	2019	2018
Receita bruta	2.063.929	1.865.768
Mercado interno		
Arezzo	983.757	950.689
Schutz	474.295	443.471
Anacapri	259.116	219.554
Outros	87.779	65.154
Mercado externo	258.982	186.900

26. Informações por segmento--Continuação

Canal	2019	2018
Receita bruta	2.063.929	1.865.768
Mercado interno		
Franquias	899.399	831.365
Multimarca	423.008	384.272
Lojas próprias	266.310	298.706
Webcommerce	214.581	162.640
Outros	1.649	1.885
Mercado externo	258.982	186.900

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica pois representa em 31 de dezembro de 2019 12,5% (10,0% em 31 de dezembro de 2018) da receita bruta. Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

27. Despesas por natureza

As demonstrações do resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento dos gastos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(813.665)	(754.119)	(903.541)	(815.987)
Despesas comerciais	(183.082)	(170.107)	(424.366)	(378.922)
Despesas administrativas e gerais	(136.463)	(109.695)	(184.012)	(140.865)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	18.513	(1.595)	55.786	394
	(1.114.697)	(1.035.516)	(1.456.133)	(1.335.380)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização (i)	(27.515)	(20.748)	(80.322)	(40.882)
Despesas com pessoal	(155.153)	(143.876)	(241.065)	(229.102)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(819.358)	(758.353)	(911.823)	(822.738)
Fretes	(25.778)	(25.243)	(44.521)	(33.829)
Despesas com ocupação de lojas (ii)	-	-	(25.088)	(42.136)
Despesa com marketing	(8.961)	(5.590)	(39.995)	(33.834)
Outras despesas operacionais	(77.932)	(81.706)	(113.319)	(132.859)
	(1.114.697)	(1.035.516)	(1.456.133)	(1.335.380)

(i) Inclui a depreciação dos contratos de arrendamento conforme descrito na nota explicativa 18.

(ii) Refere-se ao saldo de aluguéis que não foram escopo do IFRS 16 descrito na nota explicativa 4.1.

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro**a) Valor justo**

O quadro a seguir apresenta o valor contábil ativos e passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia:

	Consolidado			
	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e bancos	13.808	13.808	8.501	8.501
Aplicações financeira	263.875	263.875	227.300	227.300
Contas a receber de clientes	423.814	423.814	393.448	393.448
Empréstimos e financiamentos	180.784	180.635	111.418	111.441
Fornecedores	134.967	134.967	110.121	110.121
Arrendamento	209.058	209.058	-	-

Em 31 de dezembro de 2019, os ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão classificados nas seguintes categorias de instrumentos financeiros:

	Mensuração	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos		
Caixas e bancos	-	13.808
Contas a receber de clientes	-	423.814
Aplicações financeiras	263.875	-
Passivos		
Fornecedores	-	134.967
Empréstimos e financiamentos	-	180.635
Arrendamento	-	209.058

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Valor justo--Continuação

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, CDB - Certificado de Depósito Bancário e LFT - Letras Financeiras do Tesouro (Nota 6).
- Caixa e bancos, clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a.1) Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**b) Exposição a riscos cambiais**

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase a totalidade de suas exportações possui financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor da exposição líquida vinculada ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber em moeda estrangeira	23.174	34.690
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	(171.477)	(35.269)
Exposição líquida	(148.303)	(579)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma apreciação de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	23.174	28.968	34.761
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	R\$	(171.477)	(214.346)	(257.216)
Apreciação da taxa de câmbio em referência			25%	50%
Dólar		4,03	5,04	6,05
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(37.075)	(74.152)

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**c) Exposição a riscos de taxas de juros**

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consolidado	
	2019	%
Juros Fixos	131.526	73
Juros com base na TJLP e Libor	49.258	27
	180.784	100

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP e da Libor vigentes em 31 de dezembro de 2019, foi definido o cenário provável para o ano de 2019 e a partir destas calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2019 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Aumento da despesa financeira				
Financiamentos - TJLP	R\$	499	624	748
Financiamentos - Libor	R\$	790	987	1.185
		1.289	1.611	1.933
Apreciação da taxa em referência para passivos financeiros			25%	50%
TJLP		5,57%	6,96%	8,36%
Libor		1,96%	2,45%	2,94%

28. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

e) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A Administração monitora o risco da carteira de recebíveis semanalmente e, em caso de análise de riscos de não recuperação do crédito, ajusta a demonstração do resultado da Companhia. A análise é sobre os recebíveis, histórico de pagamentos dos clientes, garantias ofertadas e renegociações firmadas com avais. Os valores registrados em perdas efetivas ou provisão para perdas refletem o contas a receber não recuperáveis e casos de risco de baixa recuperação.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas utilizam instituições financeiras de primeira linha.

f) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pela Administração da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	158.222	22.562	-	180.784
Fornecedores	134.967	-	-	134.967
Arrendamento	40.145	90.527	78.386	209.058

g) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital, durante os exercícios findos em 2019 e 2018.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2019	2018
Empréstimos e financiamentos	(180.784)	(111.418)
Caixa e bancos	13.808	8.501
Aplicações financeiras	263.875	227.300
Sobra líquida de caixa	96.899	124.383
Total do capital	742.720	711.342

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

29. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Juros recebidos	3.641	3.868	3.694	3.890
Rendimento de aplicações financeiras	10.336	15.543	12.973	16.846
Outras receitas	1.522	2.013	1.677	2.256
	15.499	21.528	18.344	22.992
Despesas financeiras				
Taxa de administração de cartão de crédito	-	-	(9.272)	(7.595)
Descontos concedidos	(1.520)	(2.906)	(1.791)	(3.174)
Juros sobre financiamentos	(3.262)	(6.619)	(6.601)	(8.448)
Juros sobre mútuos	(457)	(4.543)	-	-
Juros de arrendamento	(874)	-	(5.337)	-
Despesas bancárias	(3.771)	(3.387)	(4.584)	(3.968)
Despesas com custas cartorais	(1.633)	(2.898)	(1.641)	(2.924)
Outras despesas	(296)	(185)	(420)	(524)
	(11.813)	(20.538)	(29.646)	(26.633)
Variação cambial, líquida	(6.112)	(21.820)	(6.874)	(17.640)
Total	(2.426)	(20.830)	(18.176)	(21.281)

30. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Plano de opções de ações e ações restritas	(5.512)	(7.732)	(5.512)	(7.732)
Taxa de franquia	1.882	1.732	1.882	1.732
Recuperação de despesas	1.598	1.128	1.600	1.375
Resultado na alienação de imobilizado e intangível	145	(1.376)	3.251	713
Outras receitas (despesas), líquidas	20.400	4.653	54.565	4.306
Total	18.513	(1.595)	55.786	394

A Companhia obteve o trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade de inclusão do crédito presumido de ICMS na base de cálculo do IRPJ e CSLL, na ação judicial referente ao crédito de IRPJ pela alteração na forma de apuração de incentivo fiscal do programa de alimentação do trabalhador e na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins. Desta forma, a Companhia reconhece o direito da compensação dos valores recolhidos indevidamente, no montante de R\$52.687 classificados nas linhas de outras receitas (despesas) e em contrapartida um montante de R\$6.749 referente honorários advocatícios e outras despesas relativas aos processos classificados em despesas administrativas, equalizando um efeito líquido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no montante de R\$45.938.

Dos créditos reconhecidos, o montante de R\$8.049 é uma estimativa da Companhia referente ao trânsito em julgado na ação judicial referente ao reconhecimento da ilegalidade da inclusão do ICMS na base do Pis e da Cofins de uma de suas controladas. O montante está sendo apurado com base nas documentações fiscais e encontra-se em validação pelos seus assessores legais e contábeis, desta forma poderá sofrer alterações em função das revisões em andamento.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2019, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura - R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	214.100
	Responsabilidade civil	20.000

32. Pagamento baseado em ações**32.1. Plano de opções de ações**

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de maio de 2012, os acionistas da Companhia aprovaram um Plano de Opções de ações para administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia ou outras sociedades sob o seu controle, que passou a vigorar a partir da mesma data. O Plano de Opções é administrado pelo Conselho de Administração, que poderá ao seu critério instituir um Comitê para a gestão do Plano de Opções.

O Plano de Opções está limitado a um máximo de opções que resulte em uma diluição de 5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade máxima de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia.

Em 28 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a primeira outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da primeira outorga do Plano de Opções é de 386.404 opções, sendo 68.231 opções do Lote I e 318.173 opções do Lote II.

Em 27 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a segunda outorga de opções no âmbito do Plano de Opções. O total de opções objeto da segunda outorga do Plano de Opções é de 686.901 opções, sendo 25.757 opções do Lote I e 661.144 opções do Lote II.

Em 26 de maio de 2014 o Conselho de Administração aprovou a terceira outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da terceira outorga do Plano de Opções de Ações é 974.237 opções, sendo 29.395 do Lote I e 944.842 do Lote II.

Em 25 de maio de 2015 o Conselho de Administração aprovou a quarta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quarta outorga do Plano de Opções de Ações é 942.079 opções, sendo 73.955 do Lote I e 942.079 do Lote II.

Em 03 de junho de 2016 o Conselho de Administração aprovou a quinta outorga de opções de ações no âmbito do Plano de opções. O total de opções objeto da quinta outorga do Plano de Opções de Ações é 1.284.986 opções, sendo 99.538 do Lote I e 1.185.448 do Lote II.

32.1. Plano de opções de ações--Continuação

O Plano de Opções prevê que as opções do Lote I outorgadas aos participantes do Plano de Opção: (i) tornar-se-ão exercíveis no dia útil subsequente à respectiva data de outorga; (ii) poderão ser exercidas dentro do período de 30 dias, contados da data em que se tornarem exercíveis; e (iii) as ações decorrentes do seu exercício não poderão ser negociadas durante o período de vedação à negociação de 3 anos, a contar da data de exercício. Se, antes do término do período de vedação à negociação acima mencionado, o participante se desligar da Companhia por vontade própria pedindo demissão do seu emprego, renunciando ao seu cargo de administrador, ou rescindindo seu contrato de prestação de serviço, ou por vontade da Companhia, mediante demissão por justa causa, destituição do cargo por violar os deveres e atribuições de administrador, ou rescindindo contrato de prestação de serviço, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, recomprar as ações restritas pelo preço de exercício pago pelo participante para aquisição das ações restritas.

Por sua vez, os participantes do Plano de Opções poderão exercer suas opções do Lote II dentro do período de até 3 anos contados da data em que se tornarem exercíveis. O período de carência (vesting) será de até 3 anos para cada liberação que ocorrerá na seguinte proporção: 25% a partir do primeiro aniversário da respectiva data de outorga, 25% a partir do segundo aniversário da respectiva data de outorga e 50% a partir do terceiro aniversário da respectiva data de outorga.

A composição para o plano de opções, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	5ª Outorga	Total
Prazo de carência a partir da outorga						
Até 30 dias da data da outorga	45.059	22.539	21.744	52.741	53.735	195.818
A partir do primeiro aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	748.214
A partir do segundo aniversário	54.731	158.228	195.787	162.992	176.476	748.214
A partir do terceiro aniversário	109.462	316.455	391.572	325.984	352.952	1.496.425
Total	263.983	655.450	804.890	704.709	759.639	3.188.671
Movimentações						
Saldo em 31/12/2017	1.053	16.328	34.186	508.806	633.508	1.193.881
Opções exercidas	(755)	(16.328)	(33.436)	(458.574)	(27.431)	(536.524)
Opções baixadas (*)	(298)	-	-	(32.144)	(5.939)	(38.381)
Saldo em 31/12/2018	-	-	750	18.088	600.138	618.976
Opções exercidas	-	-	(1.000)	(50.232)	(600.141)	(651.373)
Opções baixadas (*)	-	-	250	32.144	3	32.397
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-	-	-

(*) Ajuste de opções baixadas por motivo de desligamento.

32.1. Plano de opções de ações--Continuação

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R\$471 (R\$1.754 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de opções reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções da outorga de 2012 foi o método Black & Scholes, enquanto para as outorgas de 2013 a 2016, a Administração definiu pela utilização do modelo Binomial.

Na determinação do valor justo das opções das ações, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª Outorga Junho/2012		2ª Outorga Junho/2013		3ª Outorga Junho/2014		4ª Outorga Junho/2015		5ª Outorga Junho/2016	
	I	II	I	II	I	II	I	II	I	II
Lote										
Quantidade de ações										
1º Vencimento	68.231	79.543	25.757	165.286	29.395	236.211	73.955	217.031	99.538	296.362
2º Vencimento	N/A	79.543	N/A	165.286	N/A	236.211	N/A	217.031	N/A	296.362
3º Vencimento	N/A	159.087	N/A	330.572	N/A	472.420	N/A	434.062	N/A	592.724
Preço de exercício - (R\$)	20,86	20,86	27,61	27,61	18,42	18,42	19,91	19,91	17,68	17,68
Valor justo por opção - (R\$)										
1º Vencimento	6,66	9,05	7,36	13,82	4,95	9,82	1,55	8,52	6,66	6,16
2º Vencimento	N/A	11,33	N/A	16,37	N/A	10,22	N/A	9,23	N/A	4,15
3º Vencimento	N/A	13,32	N/A	16,72	N/A	11,47	N/A	9,84	N/A	2,68
Dividendos esperados ("Dividend yield")	-	-	4,85%	4,85%	5,03%	5,03%	1,89%	1,89%	1,56%	1,56%
Volatilidade do preço da ação	40,36%	40,36%	36,29%	41,18%	27,95%	40,91%	24,93%	31,69%	24,01%	32,40%
Taxa de juro livre de risco										
1º Vencimento	8,50%	7,81%	7,86%	10,47%	10,81%	11,75%	13,41%	12,48%	14,12%	12,59%
2º Vencimento	N/A	8,59%	N/A	10,60%	N/A	11,80%	N/A	12,33%	N/A	12,62%
3º Vencimento	N/A	9,35%	N/A	10,69%	N/A	11,86%	N/A	12,25%	N/A	12,68%
Período esperado até o vencimento - (dias corridos)										
1º Vencimento	30	365	30	365	30	365	30	365	30	365
2º Vencimento	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730	N/A	730
3º Vencimento	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095	N/A	1.095

32.2. Plano de ações restritas

Em 23 de junho de 2017, em Assembleia Geral Extraordinária, a estruturação e implementação do novo plano de ações restritas da Companhia foi aprovada. E em 28 de agosto de 2017, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 1º Programa de Outorga. E em 30 de julho de 2018, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 2º Programa de Outorga. E em 25 de julho de 2019, em Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a celebração dos contratos de outorga de ações restritas entre a Companhia e os Beneficiários, nos termos do Plano de Ações Restritas e do 3º Programa de Outorga.

O Plano tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas aos administradores e empregados da Companhia, ou de outra sociedade sob seu controle (os “Beneficiários”), selecionados pelo Conselho de Administração, sujeitos a determinadas condições, com o objetivo de: (i) estimular a expansão, o êxito e a consecução dos objetivos sociais da Companhia e das sociedades sob seu controle; (b) incentivar a melhoria da gestão da Companhia e das sociedades sob o seu controle, conferindo aos Beneficiários a possibilidade de serem acionistas da Companhia, estimulando-os na otimização de todos os aspectos que possam valorizar a Companhia no longo prazo; (c) alinhar os interesses dos Beneficiários com os interesses dos acionistas; e (d) estimular a permanência dos administradores e empregados na Companhia ou nas sociedades sob seu controle.

Para fins desse plano, o Conselho de Administração poderá, mediante prévia recomendação do Comitê, outorgar um número de ações ordinárias, nominativas e escriturais de emissão da Companhia, não excedente a 5% (cinco por cento) das ações do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano.

Sem prejuízo dos demais termos e condições estabelecidos nos respectivos Contratos de Outorga, os direitos dos Beneficiários em relação às Ações Restritas somente serão plenamente adquiridos se os Beneficiários permanecerem continuamente vinculados como administradores ou empregados da Companhia ou de sociedade sob o seu controle, conforme o caso, e atingirem as métricas de desempenho estabelecidas em cada Programa e nos respectivos Contratos de Outorga dos Beneficiários, no período compreendido entre a Data de Outorga e as datas a seguir, nas seguintes proporções:

- (i) até 10% (dez por cento) após o 1º aniversário da Data de Outorga;
- (ii) até 10% (dez por cento) após o 2º aniversário da Data de Outorga;
- (iii) até 20% (vinte por cento) após o 3º aniversário da Data de Outorga; e
- (iv) até 60% (sessenta por cento) após o 4º aniversário da Data de Outorga.

Não obstante o disposto nos itens (i) a (iv) acima, o Beneficiário poderá receber um acréscimo de até 10% (dez por cento) do número total de Ações Restritas outorgadas pelo Conselho de Administração, caso venha a superar as métricas de desempenho estabelecidas no Programa e no respectivo Contrato de Outorga, conforme vier a ser definido pelo Conselho de Administração, podendo este ainda, a seu critério, estabelecer prazos diversos para a aquisição do direito às Ações Restritas outorgadas.

Com o propósito de satisfazer a outorga de Ações Restritas nos termos do Plano, a Companhia, sujeito à lei e regulamentação aplicável, alienará ações mantidas em tesouraria por meio de operação privada, sem custo para os Beneficiários, nos termos da ICVM 567.

32.2. Plano de opções restrita--Continuação

Demonstramos a seguir os saldos outorgados e respectivos prazos de carência:

	1ª Outorga em 29/08/2017	2ª Outorga em 30/07/2018	3ª Outorga em 30/07/2019	Total
Prazo de carência a partir da outorga				
A partir do primeiro aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do segundo aniversário	60.728	11.066	2.661	74.455
A partir do terceiro aniversário	121.457	22.134	5.321	148.912
A partir do quarto aniversário	364.370	66.398	15.963	446.731
Total	607.283	110.664	26.606	744.553
Movimentações:				
Saldo em 31/12/2017	607.283	-	-	607.283
Outorga (*)	-	110.664	-	110.664
Exercício (**)	(51.764)	-	-	(51.764)
Baixas (***)	(89.643)	-	-	(89.643)
Saldo em 31/12/2018	465.876	110.664	-	576.540
Outorga (*)	-	-	26.606	26.606
Exercício (**)	(49.830)	(8.995)	-	(58.825)
Baixas (***)	(17.405)	(20.709)	-	(38.114)
Saldo em 31/12/2019	398.641	80.960	26.606	506.207

(*) Outorga antes dos efeitos dos impostos e condições de performance do Plano de ações restritas.

(**) Como reflexo das condições de performance do Plano de Ações Restritas e impacto de impostos, no 2º vencimento (1ª outorga 2017) foram exercidas 39.738 ações no 1º vencimento (2ª outorga 2018) foram exercidas 7.174 ações.

(***) Baixas pelo desligamento de funcionários participantes do plano de opções de ações ou pelo não exercício das ações.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações. O valor foi calculado tomando-se por base os prazos de carência apresentados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou o montante de R\$5.041 (R\$4.466 em 31 de dezembro de 2018) referente à despesa do plano de ações restritas reconhecida no resultado com contrapartida do patrimônio líquido em conta específica de reserva de capital.

32.2. Plano de opções restrita--Continuação

Na determinação do valor justo das restritas, foram utilizadas as premissas abaixo:

	1ª outorga 2017	2ª outorga 2018	3ª outorga 2019
Quantidade de ações	607.283	110.664	26.606
1º Vencimento	60.728	11.066	2.661
2º Vencimento	60.728	11.066	2.661
3º Vencimento	121.457	22.134	5.321
4º Vencimento	364.370	66.398	15.963
Preço de ação - (R\$)	35,50	43,38	50,74
Valor justo por ação - (R\$)			
1º Vencimento	34,73	43,37	50,50
2º Vencimento	33,97	43,37	50,50
3º Vencimento	33,24	43,37	50,50
4º Vencimento	32,51	43,37	50,50
Dividendos esperados ("Dividend yield")	2,20%	3,14%	3,25%
Volatilidade do preço da ação			
1º Vencimento	32,2%	45,0%	29,5%
2º Vencimento	36,5%	39,1%	38,0%
3º Vencimento	36,6%	39,5%	36,2%
4º Vencimento	36,8%	38,8%	37,3%
Taxa de juro livre de risco			
1º Vencimento	7,9%	7,3%	5,4%
2º Vencimento	8,4%	8,5%	5,7%
3º Vencimento	9,0%	9,3%	6,2%
4º Vencimento	9,4%	10,0%	6,6%
Período esperado até o vencimento - (anos)			
1º Vencimento	1	1	1
2º Vencimento	2	2	2
3º Vencimento	3	3	3
4º Vencimento	4	4	4

33. Subvenções governamentais**Crédito presumido de ICMS**

a) O Estado do Espírito Santo, através das Portarias 088-R de 29 de outubro de 2015 e 077-R de 01 de junho de 2016, inscreveu a Companhia, por sua Controladora e uma Controlada, respectivamente, no Cadastro do Contrato de Competitividade da Secretaria de Estado de Desenvolvimento para concessão de benefício fiscal relativo ao ICMS.

b) O Estado do Rio Grande do Sul, através de regulamento interno estadual, beneficia os CNAE (Classificação nacional de atividade econômicas) referentes atividades de fabricação de calçados com crédito presumido de ICMS sobre suas vendas interestaduais.

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Benefícios fiscais ICMS ES (a)	62.862	58.014	77.416	71.216
Benefícios fiscais ICMS RS (b)	-	-	21	569
Total	62.862	58.014	77.437	71.785

Com a publicação da Lei Complementar 160 em 07 de agosto de 2017, onde os benefícios fiscais ofertados no âmbito de ICMS passam a ser caracterizados como subvenção para investimento e consequentemente não mais ofertados à tributação do Imposto de Renda e Contribuição Social, em 31 de dezembro de 2019 a Companhia constituiu Reserva para incentivos fiscais no montante de R\$77.437 (R\$71.785 em 31 de dezembro de 2018) referentes aos incentivos fiscais em que foi beneficiada no exercício.